MEMÓRIAS DE SERVIDORES CONSTRUÍDAS NO PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO DE UM INSTITUTO FEDERAL

Recebido em: 16/06/2026
Aceito em: 29/10/2026
DOI: 10.25110/educere.v27i1.2027-12838

Marcelo Godoy de Almeida [1]
Vanessa de Cássia Pistóia Mariani [2]

RESUMO: Este artigo apresenta dados produzidos junto a uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação-em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Farroupilha. Tem como objetivo apresentar memórias dos servidores construídas durante o período de implantação do Campus São Borja, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, delineada em formato de estudo de caso, com registro da história oral dos entrevistados. Os dados foram analisados e categorizados através da abordagem de análise de conteúdo. Os resultados apontaram que as memórias registradas externam as incertezas dos respondentes em relação: ao lócus de trabalho, a cidade, as funções que iriam desenvolver e a própria missão institucional.
PALAVRAS-CHAVE: Análise de Conteúdo; Educação Profissional e Tecnológica; História Oral.

MEMOIRS OF EMPLOYEES CREATED DURING THE IMPLEMENTATION PERIOD OF A FEDERAL INSTITUTE

ABSTRACT: This article presents data produced during a master's research project in the Professional and Technological Education Graduate Program at the Farroupilha Federal Institute. Its objective is to present the memories of the staff members constructed during the implementation period of the São Borja Campus. This is a qualitative research study, designed as a case study, with oral history recordings from the interviewees. The data were analyzed and categorized using content analysis. The results indicated that the recorded memories reveal the respondents' uncertainties regarding: the workplace, the city, the functions they would perform, and the institutional mission itself.
KEYWORDS: Content Analysis; Oral History; Vocational and Technological Education.

MEMORIAS DE EMPLEADOS CREADAS DURANTE EL PERÍODO DE IMPLEMENTACIÓN DE UN INSTITUTO FEDERAL

RESUMEN: Este artículo presenta datos generados durante un proyecto de investigación de maestría en el Programa de Posgrado en Educación Profesional y Tecnológica del Instituto Federal Farroupilha. Su objetivo es presentar las memorias del personal construidas durante el período de implementación del Campus São Borja. Se trata de un

[1] Mestre em Educação Profissional e Tecnológica- P`ROFEPT. Instituto Federal Farroupilha.
E-mail: marcelo.almeida@iffarroupilha.edu.br, ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1692-4169
[2] Doutora em Educação em Ciências. Instituto Federal Farroupilha.
E-mail: vanessa.mariani@iffarroupilha.edu.br, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5825-7648

estudio de investigación cualitativa, diseñado como un estudio de caso, con grabaciones de historia oral de los entrevistados. Los datos fueron analizados y categorizados mediante análisis de contenido. Los resultados indicaron que las memorias registradas revelan las incertidumbres de los participantes respecto al lugar de trabajo, la ciudad, las funciones que desempeñarían y la misión institucional.
PALABRAS CLAVE: Análisis de contenido; Educación vocacional y tecnológica; Historia oral.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo aborda as memórias construídas pelos servidores durante o período de implantação do Instituto Federal Farroupilha (IFFar)- Campus São Borja em 2010, no contexto do projeto federal de expansão da Educação Profissional Tecnológica (EPT), explorando os enfrentados na implementação inicial, a adaptação dos servidores, as instalações provisórias e a organização improvisada do trabalho.

Com o projeto do Governo Federal de expandir a rede da EPT no país, em 2010, após uma série de trâmites políticos e administrativos, a cidade de São Borja, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, foi agraciada com a instalação de um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar).

Desta forma, este processo de implantação ocasionou a nomeação ou transferência de servidores da Rede Federal para desempenhar suas funções administrativas ou docentes junto a este novo campo de trabalho, gerando nos servidores necessidade de adaptação à cidade, visto que a maioria residia em outras cidades ou estados da federação, e também as novas funções laborais desenvolvidas em uma instituição que estava construindo sua identidade.

O período de adaptação, desafios, constituição do grupo de trabalho, conhecimento e execução das funções laborais proporcionaram, nos primeiros servidores, a construção de memórias, as quais passaram a influenciar sua vida, o desempenho de suas atividades e a própria compreensão sobre a instituição.

A Educação Profissional (EP) e a EPT possuem um percurso histórico relevante, que o qual buscou-se explanar neste texto.

1.1 A história da Educação Profissional e da Educação Profissional Tecnológica no Brasil: um breve panorama

Segundo Ramos (2014, p. 24) as origens da EP surgem a partir de 1809 com a criação do Colégio das Fábricas pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, e ao longo do

século XIX, a sociedade civil estabeleceu essas instituições voltadas para a alfabetização e a iniciação em ofícios de crianças pobres, órfãos e abandonadas.

A educação no Brasil colônia era limitada, especialmente para o povo, a maioria da população era analfabeta e a educação era mais acessível aos homens brancos e filhos de famílias ricas. Em 1909 a partir do Decreto nº 7.566 de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, foi concebida a Escola de Aprendizes Artífices com o intuito de ensinar um ofício a meninos socialmente vulneráveis, a escola era subordinada ao, na época, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O Brasil era uma república recém-instalada, marcada por desigualdades, com uma elite agrária no poder e grande parte da população vivendo na pobreza, especialmente no campo. A industrialização começava lentamente, e os movimentos sociais ainda eram reprimidos, enquanto a maioria da população permanecia analfabeta.

Em 1937, sob o controle do Ministério da Educação e Saúde, são criados os Liceus Profissionais que preparavam os estudantes para profissões específicas. O país vivia o período chamado Estado Novo, um regime de forte centralização de poder, repressão política e censura.

A industrialização crescia, mas a desigualdade social era alta, com o povo enfrentando pobreza e poucos direitos. A educação, nesse período, passou a ser usada como ferramenta de controle e nacionalismo. Houve avanços na organização do sistema público, mas o acesso ainda era limitado para o povo. O analfabetismo era alto, e o ensino continuava elitista e excludente.

Em 1942, com a edição de Leis Orgânicas da Educação Nacional, dá-se início ao funcionamento das Escolas Industriais e Técnicas, inclusive o Ensino Normal. E o Decreto-Lei nº 4.048/1942 concebe o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Nessa época, o mundo vivia sob a Segunda Guerra Mundial, o que influenciava a política e a economia do país, que começava a se urbanizar mais rapidamente. No entanto, a desigualdade social persistia, e a educação ainda era restrita.

O ensino profissional era incipiente e limitado a poucas áreas, focando principalmente em formar mão de obra para o mercado de trabalho. Em 1959, o Decreto n° 47.038/1959 definiu as Escolas Técnicas que fariam parte da Rede Federal de Ensino, transformando-as em autarquias com autonomia didática, administrativa e financeira. Em 1961, é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n° 4024/61, que,

dentre outras várias determinações, estabeleceu a equivalência entre os cursos propedêuticos e os de formação profissional.

O Brasil vivia uma instabilidade política após a renúncia do presidente Jânio Quadros, marcada por tensões entre grupos conservadores e reformistas. A desigualdade social permanecia alta, e os movimentos populares por reformas sociais ganhavam força. A Lei de Diretrizes e Bases buscava organizar o sistema educacional. A EP no Brasil estava em expansão, com o governo reconhecendo a necessidade de qualificar a mão de obra para o processo de industrialização crescente. O ensino técnico e profissional começava a ser mais organizado, com escolas voltadas para áreas como comércio, indústria e agricultura.

Em 1971, a Lei 5.692/71 obrigou todas as escolas de ensino de segundo grau a oferecerem cursos de profissionalização. Em 1978, com a promulgação da Lei 6.545/78, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS) passaram a realizar pesquisas na área técnica industrial e a ofertar cursos industriais de graduação e pós-graduação. Houve a criação dos cursos de formação de professores e de profissionais de engenharia industrial e de tecnólogos.

Em 1982, a Lei 7.044/82 extinguiu a profissionalização obrigatória imposta pela Lei 5.692/71. O período de 1971 a 1982 foi marcado por forte repressão política, censura e uma economia voltada para o crescimento industrial. A EP era bastante direcionada para a indústria, com foco em áreas específicas, como metalurgia e construção civil. No entanto, o acesso era desigual, concentrado nas grandes cidades e restrito às classes médias urbanas, com pouca inclusão das camadas mais pobres e das áreas rurais.

Em1994, através da Lei 8.948/94, ocorre a transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica e fica definido que a expansão somente ocorrerá em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como com os setores produtivos ou organizações não governamentais. Em 1996, é promulgada a nova LDB, através da Lei 9.394/96, com reflexos importantes na educação profissional.

Ramos (2014, p.47) descreve que: [...] Em relação à EP, a Lei n. 9.394/96 a incorporou como pro cesso educacional específico, não vinculado necessariamente a etapas de escolaridade, voltado para o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Admitindo-se seu desenvolvimento por diferentes estratégias de educação

continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, a relação da EP com o ensino regular poderia ocorrer por articulação.

A LDB de 1996 definiu os níveis para a EP como básico, técnico e tecnológico. Em 1997, o Decreto n° 2.208/97 regulamentou a EP e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. O período de 1994 a 1997 é marcado por uma estabilidade econômica; contudo, antigos problemas de desigualdade social ainda persistiam. A EP mantinha uma qualidade de ensino questionável, com um viés tecnicista voltado para atender às demandas de uma economia globalizada, com foco na prestação de serviços.

No ano de 2005, por meio da Lei 11.195/2005, instituiu-se a expansão da oferta da EP e iniciou-se a Fase I do Plano de Expansão da Rede Federal. Ainda neste ano, o Decreto 5.478/2005 estabeleceu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, posteriormente ampliado pelo Decreto 5.840/2006. Em 2007, foi divulgada a Fase II do Plano de Expansão que perdurou até o ano de 2010, onde foi observado um expressivo crescimento da Rede Federal com a criação de várias novas unidades em diferentes regiões do país, incluindo nesse processo readequações, fusões e transformações nas instituições federais de ensino profissional.

A Lei 11.741/2008 incluiu uma emenda na LDB com o objetivo de institucionalizar a EPT, trazendo uma nova organização e a integrando com a educação de jovens e adultos. Ainda em 2008, em virtude da Lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, definidos como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica. Com isso os 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas Vinculadas às Universidades passaram a compor os Institutos Federais.

Na Fase III, durante os anos de 2011 a 2014, novas unidades foram criadas com ênfase na criação de campus avançados e no oferecimento de educação à distância. No período de 2005 a 2024, o Brasil passou por avanços econômicos nos primeiros anos, com redução da pobreza e aumento das classes médias. No entanto, crises políticas e econômicas marcaram esse período. Houve progressos na expansão do acesso à educação, como a ampliação do Ensino Superior por meio de programas do governo federal, tais

como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além da criação dos Institutos Federais. Contudo, a qualidade da educação ainda era desigual, com grandes disparidades entre regiões e classes sociais.

A Fase IV da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, anunciada em 2025, integra o Novo PAC. Prevê a criação de 111 novos *campi* de Institutos Federais (IFs) e a consolidação de unidades existentes, com o objetivo de expandir o acesso à educação técnica e tecnológica no interior do país.

O encadeamento histórico da EP e da EPT no Brasil, como podemos ver, não nos permite olvidar qualquer atividade de registro dos eventos e acontecimentos de cada uma de suas unidades, sob pena de perdermos um pouco o fio dessa história em permanente construção.

Nossa memória, segundo Halbwachs (1990), é organizada e estruturada pelos contextos sociais, que fornecem a estrutura necessária para recordarmos. Dito isso, após esse pano rama histórico traçado, que teve como objetivo apresentar as diferentes circunstâncias sociais nas quais se deu o desenvolvimento da Educação Profissional no Brasil.

Para Almeida e Mariani (2024), a memória pode ser compreendida como a forma como os indivíduos e grupos percebem e constroem narrativas sobre o passado, frequentemente influenciada por fatores subjetivos e emocionais, exercendo um papel importante na construção da identidade, da cultura, das próprias relações sociais que estabelecem.

E ainda segundo Seal, Mariani e Ahmad (2025) as instituições escolares são consideradas espaços ricos em possibilidades de relações e vivências, onde os sujeitos passam anos de suas vidas, construindo história, criando laços e memórias. Constata-se junto ao meio acadêmico que raras são as pesquisas que resgatam e eternizam estas vivências.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, delineada como estudo de caso, que investigou as memórias e os desafios vividos por um grupo específico de servidores em exercício no IFFar – Campus São Borja entre os anos de 2010, sendo que os dados foram construídos por meio de entrevistas, realizadas após a aprovação do Comitê de Ética em

Pesquisa do IFFar, através do Parecer Consubstanciado 6.339.518 de 2 de outubro de 2023.

O estudo de caso analisou os desafios enfrentados e a forma como a instituição se organizou para implementar o campus em uma sede provisória, possibilitando a oferta de cursos ainda no ano letivo de 2010, contando com servidores inexperientes, nomeados a partir de janeiro do mesmo ano.

Os sujeitos da pesquisa foram os Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e os Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PEBTT) lotados e em exercício no Campus São Borja entre os anos de 2010 e 2011 e que tenham atuado tanto na sede provisória quanto na definitiva. Foram excluídos da pesquisa os servidores que não se enquadraram nestes parâmetros.

As entrevistas foram conduzidas segundo a proposta da História Oral, onde compreende-se que essa abordagem permite dar registrar relatos e, trazer visibilidade aos mesmos, oferecendo a oportunidade de se manifestarem, revelando aspectos subalternizados ou esquecidos pelos documentos e registros oficiais.

Consentino e Mariani (2026) enfatizam que ao realizar uma pesquisa com relatos de indivíduos e suas memórias acerca de determinado assunto, se torna necessário lançar mão de uma metodologia adequada a essa finalidade, bem como conceituar tais métodos.

A História Oral, nesse contexto, apresenta um compromisso com o social e constitui-se como um instrumento para a construção da história.

Conforme Meihy (2006, p. 195)

> Toda a ação da história oral é transformadora. E isto em todos os níveis, desde a elaboração do projeto, escolha dos colaboradores, operação de entrevista, produção textual e eventual análise. Durante todas as fases de execução da história oral temos um compromisso com a transformação sem o que a história oral não tem razão de ser. Sem isso, aliás, não se tem história oral e sim o velho e consagrado uso de entrevistas de cunho testemunhal.

A pesquisa de campo efetivou-se a partir da aplicação de entrevistas que contaram com nove (9) participantes, sendo seis (6) Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e três (3) Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PEBTT), em exercício no campus São Borja do IFFar, sendo realizadas de forma on-line, gravadas, transcritas revisadas e aprovadas pelos respondentes e posteriormente analisadas, seguindo o método de análise de conteúdo.

Para fins de análise e apresentação dos resultados os participantes da pesquisa foram codificados por siglas sendo os Técnicos Administrativos em Educação (TAE 1, TAE 2, TAE 3, TAE 4, TAE 5 e TAE 6) e Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Docente 1, Docente 2 e Docente 3).

Cabe destacar que a análise de conteúdo, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, tem como finalidade interpretar os dados de maneira sistemática e objetiva. Conforme Bardin (2020), trata-se de um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aprimoramento, aplicáveis a discursos extremamente diversificados, permitindo analisar não apenas o que é dito, mas também como e por que é dito. O método é estruturado em três etapas principais: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Esse processo permitiu a organização dos dados produzidos e analisados nas seguintes categorias empíricas: Missão do IFFar e as atribuições dos servidores; Interiorização e Educação Profissional e Tecnológica EPT; Limitações estruturais no período de implantação; Entraves burocráticos; Perspectivas de mudança e melhorias a partir da nova sede; Manifestação de espírito coletivo e Sentimentos e afetos.

Cabe destacar que este artigo apresenta um recorte da pesquisa na íntegra, apresentando os dados referentes a categoria Missão do IFFar e as atribuições dos servidores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com uma proposta diferente, os Institutos Federais (IF), criados pela Lei nº 11.892, de 25 de setembro de 2008, atuam em cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos técnicos pós-médio, licenciaturas e graduações tecnológicas. Além disso, estão aptos a oferecer especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados para a pesquisa aplicada em novas tecnologias. A referida legislação estabelece a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a finalidade de expandir o acesso à educação de qualidade, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento regional (Lei nº 11.892/2008).

Ao propor um ensino sob a perspectiva da emancipação humana, oferecendo uma formação com orientação pedagógica calcada em princípios e valores que visam proporcionar aos estudantes uma formação humana integral, os IF objetivam ir além da educação como mera instrumentalização de pessoas para suprir determinados mercados

de trabalho, consolidando uma nova identidade para a educação básica. A formação humana integral trata de superar a divisão entre os que pensam e os que trabalham, uma divisão resultante da organização social do trabalho. Ela visa formar cidadãos capazes de compreender os processos produtivos e entender seu papel nesses processos, incluindo as relações sociais que deles decorrem. A Educação Integral é princípio educativo básico e identidade fundante dos IF. Supera a educação tradicional que propõe educação geral de qualidade para as classes dominantes e formação profissional para os trabalhadores, separando teoria e prática, ciência e tecnologia, pensar e fazer. O Ensino Médio Integrado (EMEI) é a expressão curricular da Educação Integral, possibilitando uma formação que complete todas as dimensões do ser humano, não fragmentando a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, articulando os currículos com as práticas sociais, superando a simples aquisição de habilidades instrumentais, sem a compreensão de seu papel no processo produtivo. Essa visão pedagógica reforça o papel transformador dos IF no processo educacional (Pacheco, 2011).

No que se refere à consolidação da identidade institucional, Pacheco pontua que é necessário adotar uma ação educativa verticalizada, que esteja vinculada à pesquisa e à extensão em todos os níveis de ensino.

> A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à educação superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (Pacheco, 2011, p. 15).

Antes de sua consolidação como instituição da EPT, os IF, após sua criação em 2008, ainda eram pouco conhecidos pelo público em geral, inclusive pelos candidatos aos cargos oferecidos pela instituição. A expectativa gerada nos novos servidores nem sempre correspondia ao que se apresentava posteriormente. De acordo com um técnico-administrativo,

> Eu nem sabia o que era o Instituto Federal Farroupilha, aí eu comecei a ler e fui buscar o que era o Instituto Federal Farroupilha, daí eu vi que tinha concurso [...] e aí eu fiquei sabendo então. Daí eu fui saber o que era o Instituto, então, até então, eu acho que a maioria das pessoas não sabiam, porque foi o início dos Institutos Federais, a Lei 11.892 [...] É o início, né, é o início dos Institutos Federais? Então assim, eu fui me informando e buscando saber o que era o Instituto, daí quando eu passei no concurso, também, quando a gente entrou, a gente começou a ter as informações e saber o que era o Instituto (TAE 1).

Outro técnico-administrativo lembra com era sua percepção ao ingressar no Instituto Federal,

> Eu não sabia muito bem que tipo de instituição era essa, então, aos poucos, eu fui percebendo [...] aos poucos, nós fomos nos capacitando mesmo dentro do próprio IF, a instituição oferecendo capacitação para nos mostrar que instituição era essa, e a gente foi entendendo qual foi a origem, como é que surgiram esses institutos, para que eles serviam. Então, no início, a gente não tinha muita noção (TAE 2).

Ao discorrer sobre suas memórias desse tempo, os servidores mencionam seu desconhecimento sobre a instituição. O foco principal de estarem ali parecia ser, inicialmente, o concurso, mas, após a aprovação e o início de suas atividades, começaram a se inteirar e a receber informações, além de passarem por capacitações para compreender melhor o local onde trabalhavam e os serviços que ele oferecia à comunidade. A criação dos IF ainda era recente, e em 2010 essas instituições eram bastante desconhecidas pelo público em geral.

A Lei nº 11.892/2008, que instituiu os IF, atribui a essas instituições a missão de promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável. Entre suas finalidades e características, destacam-se a oferta de EPT em diversos níveis e modalidades, com o objetivo de formar cidadãos qualificados para atuarem em diferentes setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Os IF também têm como objetivo desenvolver essa educação como um processo educativo e investigativo, focando na criação e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas que atendam às demandas sociais e características regionais. Além disso, visam integrar e articular a educação básica, profissional e superior, otimizando a infraestrutura, o pessoal e os recursos de gestão.

Os IF devem orientar suas atividades para fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento nas regiões em que atuam. Também devem se constituir como centros de excelência no ensino de ciências, especialmente nas ciências aplicadas, estimulando o pensamento crítico e a investigação empírica. A lei também determina que a instituição deve se qualificar como centros de referência no apoio ao ensino de ciências nas redes públicas, oferecendo capacitação técnica e pedagógica aos docentes, além desenvolver

programas de extensão, promover a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico. Por fim, devem promover a produção e o desenvolvimento de tecnologias sociais, com destaque para aquelas voltadas à preservação ambiental.

Como vemos, muitas eram as novidades que a instituição, a longo prazo, proporcionaria, representando um investimento ímpar para a cidade em específico. Apenas dois anos haviam se passado desde a sua criação, e a incipiente ramificação para as cidades acelerava-se, sendo tudo novidade para locais muito carentes desses equipamentos públicos. Embora existissem escolas técnicas em diversas cidades do Brasil, a Lei 11.892/2008, que criou os IF, trazia uma nova metodologia de ensino, inédita para a realidade de São Borja e para a maioria das cidades de onde esses novos servidores eram provenientes. Assim, a partir dos depoimentos desses servidores, verificou-se que o entendimento sobre o que é e qual a missão da instituição ocorre, em sua maioria, ao longo da vida funcional de cada um, e isso acontece de forma diferenciada, dependendo, muitas vezes, do acesso às informações e do interesse do servidor em buscar aperfeiçoamento e qualificação em sua carreira.

> [...] Mas eu vou te dizer uma coisa, o mestrado foi que me deu essa ampliação de entender mais o que é a função dos Institutos Federais, o mestrado me deu essa ampliação, até então eu trabalhava assim, dava o meu melhor, mas não tinha essa noção de qual era o objetivo dos Institutos Federais que é atender a todas as regiões, chegar onde para poder formar né as pessoas em locais que a educação, está mais... não temos ainda, que é a função dos Institutos (TAE 1).

À medida que os conhecimentos dos servidores vão se consolidando a respeito da missão da autarquia e dos serviços oferecidos, eles passam a perceber o alcance dessa política educacional ao observar a comunidade escolar na qual prestam seus serviços. O efeito é amplo, pois, além de beneficiar o próprio aluno, estende-se às suas famílias. Quando os alunos demonstram evolução pessoal proporcionada pela escola, isso desperta o interesse dos demais membros da família, que também passam a procurar a instituição.

> […] a missão é qualificar esse aluno e fazer com que ele tenha um ensino médio de qualidade, que ele tenha uma educação profissional de qualidade e gratuita, e que, depois, ele leve isso para uma graduação. Assim, ele poderá trabalhar e utilizar o que aprendeu no ensino médio e na graduação, e fazer com que esse conhecimento seja uma ferramenta para conscientizar a própria família sobre a importância da educação e do trabalho, e levar esse conhecimento para a comunidade. Porque é uma missão que não é só individual para aquele aluno, é uma missão para a sociedade que vive em torno dele. Então, eu diria que serve não somente para o conhecimento individual,

> mas para o conhecimento coletivo da sociedade. Isso é o que a gente vê aqui, porque vemos irmãos, né, minha irmã estudou, eu quero estudar também, minha filha estudou, os pais vêm também para o PROEJA, porque ela multiplica essa sabedoria (TAE 3).

Desde os primeiros momentos da expansão dos IF até o momento das entrevistas, realizadas em dezembro de 2023, observamos, nos servidores entrevistados, um conhecimento que, embora modesto, se mostrou bastante razoável sobre a missão da autarquia. Conforme declarado por um dos entrevistados: "[...] a missão é promover, na minha visão, os estudantes, né, o acesso à educação pública de qualidade, e que a Rede Federal, a instituição federal, oferece aos alunos [...]" (TAE 5).

Outro entrevistado mencionou:

> [...] a missão da instituição... eu realmente não me lembro da descrição exata, mas possivelmente está relacionado ao desenvolvimento de ensino técnico e tecnológico de qualidade, gratuito e de qualidade, oferecer ensino técnico e tecnológico de qualidade, público e gratuito [...] (TAE 6).

Em sua maioria, os IF atendem à população de baixa renda, ao proporcionar, principalmente, uma EPT, atraindo um público que busca se qualificar e acessar o mercado de trabalho. Isso é percebido como uma das bandeiras empunhadas pelos IF, sendo um dos mais importantes fatores inseridos em sua missão, ao proporcionar uma perspectiva de um futuro melhor para pessoas que, por outra via que não a pública, encontrariam dificuldades em seguir seus estudos e construir novos conhecimentos profissionais, tão necessários para inserção no mercado de trabalho, sem deixar de abrir portas para o prosseguimento nos estudos. Segundo Pacheco (2011, p. 13), "A Rede Federal [...] tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho". Assim, os IF são equipamentos públicos de importância relevante para essas cidades, ao proporcionarem às pessoas um meio para a construção de seu futuro. Como pode ser observado na colocação de alguns servidores:

> [...] uma das grandes missões dos Institutos Federais é ofertar um ensino público gratuito e de qualidade, isso é uma das grandes missões dos Institutos, que foram criados para universalizar um ensino público gratuito e de qualidade em todo o país, e ele foi implantado para atender principalmente à população de baixa renda, ele foi implantado para isso e isso é uma grande, uma grande bandeira que a gente levanta até hoje, que os institutos servem para populações de baixa renda (TAE 4).

> [...] eu pego alunos que não teriam condições, né de ter uma formação profissional, enfim, e eu consigo deslocar esse cara pra fazer graduação, pra fazer mestrado, pra fazer doutorado, ou pra inserção no mercado o que ele escolher ele vai ter condição [...] (Docente 3).

Em um depoimento mais revelador, um dos entrevistados relata um acontecimento inusitado, mas que reflete bem o espírito incutido na missão dos IF, o qual se manifestava no público-alvo ali presente e que já começava a, talvez, incomodar. O entrevistado declara:

> [...] uma vez num quadro de uma instituição nova tava escrito assim, de forma pejorativa: 'Aqui só tem preto, pobre e puto', era o que dizia no quadro, e eu tenho muito claro na minha cabeça que o Instituto é para atender preto, pobre e puto, tá, o Instituto é pra atender as minorias sociais e dar essa oportunidade para equiparar a educação e isso pra mim é uma coisa muito importante e é uma coisa que me faz acreditar na educação e lutar pela educação é tu pensar que tu tá, através da tua instituição, do teu trabalho dentro da instituição, oportunizando uma formação única dentro da cidade pros estudantes, com professores qualificados, com quadros qualificados [...] pra mim a grande missão do Instituto, e é o que tá lá né, é oportunizar educação pública e gratuita de qualidade para quem não tem condições financeiras [...] (Docente 2).

Os servidores docentes, em geral, possuem uma compreensão um pouco mais aprofundada sobre a missão dos IF, possivelmente devido à sua relação mais direta com os alunos. O distanciamento é menor para os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) que atuam em consultórios, laboratórios ou na assistência social. Por outro lado, os servidores TAEs que trabalham de forma mais isolada em salas administrativas e pedagógicas acabam tendo ainda menos contato com os estudantes que são o principal alvo da missão. Mesmo assim, os docentes também demonstram dúvidas sobre a missão institucional, como expõem nas suas falas. Um dos entrevistados destaca que a missão principal do Instituto está relacionada à formação de alunos qualificados em áreas que o país ainda carece:

> [...] a missão principal nossa, pelo que eu entendo, é a formação de alunos, estudantes, qualificados em áreas que nós temos deficiência no país, então a ideia do ensino técnico é isso já para capacitar esse aluno para ele poder entrar no mundo de trabalho e dar conta de desenvolver o país de alguma forma [...] e a nossa missão é vir para a cidade pra dar conta de uma demanda reprimida pra formar essas pessoas e dar uma esperança de uma vida nova pra elas e ao mesmo tempo para tentar, é que essas pessoas façam a diferença no nosso país, construir um país diferente com pessoas com qualificação e que possam pensar estratégias e alternativas tanto regionais quanto nacionais (Docente 1).

Outro depoimento reforça o papel do Instituto na interiorização da educação, proporcionando oportunidades para aqueles que não têm condições de estudar fora de suas cidades:

> [...] e eu já sabia da missão antes, porque a gente lê os PPCs e tal, mas o que me marca da missão do Instituto é a interiorização da educação é dar oportunidade para quem não pode sair da sua cidade para ir estudar fora e ter uma educação técnica pública, gratuita e de qualidade em seu município [...] (Docente 2).

Um terceiro depoimento enfatiza que a missão do Instituto não se limita apenas à formação de mão de obra, mas sim à formação de cidadãos conscientes de sua situação no mundo, com vistas à transformação social, especialmente no contexto local e regional:

> [...] Então é sempre a missão do instituto, pra mim, principalmente, não é formar mão de obra de baixo valor de mercado, entendeu? É formar cidadãos conscientes da sua situação no mundo, visando a transformação social do mundo [...] principalmente do local e da região onde estão inseridos. Nem sei se isso está escrito lá, mas deve estar escrito em algum lugar assim, se eu lembrar aqui com esse português todo, deve estar escrito em algum lugar (Docente 2).

A incerteza dos servidores também ocorre em relação às atribuições de seus cargos. Ao ingressarem no serviço público, além de buscarem meios de sobrevivência, as pessoas procuram um local seguro para desempenhar as atividades para as quais se prepararam ao longo de suas vidas profissionais e acadêmicas. No entanto, nem sempre o que está descrito nas atribuições de cada cargo corresponde à realidade.

De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que regula o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o cargo público é definido como um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional, as quais são atribuídas a um servidor. A mesma lei estabelece que os cargos públicos devem ser acessíveis a todos os brasileiros, criados por lei, com denominação própria e vencimento pagos pelos cofres públicos, podendo ser ocupados de forma efetiva ou em comissão.

A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, por sua vez, apresenta, em seu artigo 5º, importantes conceitos para um melhor entendimento dos assuntos tratados nas entrevistas. A referida lei define, entre outros, o plano de carreira como um conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores, e estabelece os critérios para a classificação de cargos a partir de requisitos

como escolaridade, responsabilidades, conhecimentos e experiência. A lei traz também o padrão de vencimento, relacionado à posição do servidor na escala salarial da carreira, e o cargo como o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional.

A mesma legislação disciplina os critérios para o ingresso no quadro de pessoal das IF e organiza os cargos dentro do plano de carreira. Em seu artigo 8º, a lei descreve as atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, como o planejamento, organização, execução ou avaliação das atividades técnico-administrativas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão nas IF. Além disso, detalha que as atribuições específicas de cada cargo serão estabelecidas em regulamento, e que o ingresso nos cargos ocorre no padrão inicial do primeiro nível de capacitação, por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos. Durante as entrevistas, todos os servidores relataram a falta de clareza inicial sobre o que era o IFFar e sobre as funções que deveriam desempenhar.

A urgência imposta pela situação de provisoriedade forçava os servidores a realizarem tarefas que nem sempre estavam de acordo com as suas atribuições, levando-os, muitas vezes, a executar atividades diferentes daquelas para as quais prestaram concurso. Essas atividades, apesar de distintas, eram importantes e necessárias para atender às demandas momentâneas da instituição, permitindo que esta funcionasse de maneira eficaz dentro das peculiaridades de uma instalação provisória e cumprisse um rigoroso calendário acadêmico.

O Anexo do Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, expedido pelo MEC, é o documento que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação e onde constam os requisitos para ingresso, bem como as atribuições dos cargos. A Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008, estabelece, em seu artigo 105, a estrutura do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. A referida lei define a composição desse plano, que inclui os cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Esses cargos fazem parte da Carreira de Magistério de 1º e 2º Graus do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, conforme estabelecido pela Lei nº 7.596, de 1987.

Além disso, a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, fez ajustes importantes, especialmente ao enquadrar os antigos servidores que optaram por essa mudança e ao estabelecer novas regras para aqueles que ingressaram no serviço público a partir de

março de 2013. No artigo 129, a lei detalha as atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira de Magistério do Ensino Básico Federal. Essas atribuições incluem atividades relacionadas ao ensino básico, à pesquisa e à extensão, além de funções de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência dentro das próprias instituições, sem prejuízo das atribuições específicas e dos requisitos de qualificação e competências definidos nas especificações de cada cargo.

Assim, sem saber ao certo quais funções deveriam desempenhar, alguns dos novos servidores começaram a fazer comparações a partir da descrição de suas atribuições no edital do concurso, com outras experiências por eles vividas. Um dos técnicos administrativos relata que, ao ler o edital, ficou confuso com a descrição do cargo de pedagogo, que mencionava atuar na educação infantil, o que lhe gerou dúvidas sobre suas atividades no IF. Ele lembra de ter pensado: "Mas será que tem criança lá? Ah, mas de repente na UFSM, como é parecido, entre aspas, como lá tem uma escola infantil dentro, de repente é pros filhos dos funcionários também" (TAE 2).

A falta de clareza nas funções e atribuições também se manifesta neste relato do mesmo servidor, que menciona que, no início de 2010, a maior dúvida era: "O que a gente faz aqui? O que a gente tem que fazer?" (TAE 2), revelando a incerteza quanto às tarefas a serem desempenhadas.

Outro servidor enfatiza a importância de esclarecer as funções antes de colocá-los em atividades, alertando que "não pode simplesmente largar o servidor no trabalho sem explicar pra ele quais são as atribuições, o que que ele tem que fazer" (TAE 4). Essa falta de orientação foi um desafio para muitos servidores, como comenta outro técnico, que lembra que a maioria do pessoal ali não era servidor de carreira e estava começando juntos, vivendo "aquele cenário difícil de trabalhar" (TAE 6).

Houve também, nas entrevistas, relatos de que esse desconhecimento das atribuições era comum entre os servidores, ocorrendo com todos, e que, devido a isso, os servidores precisavam buscar fazer as coisas por si mesmos. Como destaca um dos TAEs:

> Eu acho que era um sentimento comum de não saber bem o que que nós estávamos fazendo lá, quanto a mim eu não sabia minhas atribuições, não sabia o que me cabia, até porque não foi passado pra nós o que que você vai fazer, e eu acho que era um sentimento comum de que cada um tinha que se virar (TAE 3).

Essa insegurança quanto às funções atribuídas refletia a realidade enfrentada por muitos servidores no início de suas atividades, evidenciando a falta de uma orientação

clara sobre as atribuições e responsabilidades de cada um. Servidores recém-chegados de instituições privadas também poderiam ter dificuldades de adaptação ao serviço público, uma vez que este é regido por atos legais, e as atividades realizadas só podem ser executadas ou deixadas de ser executadas conforme as normas estabelecidas por lei.

Isso pode representar uma atividade bem mais complexa do que aquelas realizadas na iniciativa privada. Um dos servidores TAEs relatou as dificuldades em compreender a aplicação das normas do serviço público, especialmente em relação à Lei nº 8.112/1990, que regula os direitos e deveres dos servidores públicos:

> O mais difícil foi algumas coisas do serviço público, né, que tem algumas diferenças da iniciativa privada, e diz respeito à Lei 8.112, que a gente não sabe muito bem como aplicar e como funciona, né, como que é, quais os nossos direitos e quais os nossos deveres, então é o mais problemático que eu senti no serviço público (TAE 4).

O impacto da mudança da realidade da iniciativa privada para a pública também foi destacado: "Uma coisa que me deixou bem assustada foi a questão de que a gente já entra, no caso eu entrei, com uma bagagem do serviço privado e tive que cair no serviço público com uma outra realidade" (TAE 4). Esse desajuste foi acentuado pela falta de clareza sobre as atribuições, um ponto que vários servidores mencionaram, como um entrevistado que afirmou: "A gente sabia pouco, pelo menos eu sabia pouco da estrutura do funcionamento da máquina pública" (TAE 5). A adaptação foi difícil, principalmente em relação às práticas administrativas que não eram claras nem no edital do concurso nem em outros materiais informativos.

Outro servidor mencionou a sensação de desorientação inicial: "Eu não sabia nada de serviço público, né, era a minha primeira vez nesse universo, e aí eu pensei: e agora, o que que a gente tem que fazer?" (Docente 03). No entanto, em alguns casos, alguns servidores tinham clareza de suas atribuições, especialmente aqueles que já possuíam experiência prévia, mesmo que na iniciativa privada. Um técnico administrativo com experiência afirmou: "Minhas atribuições eu sempre tive bem claro porque eu já trabalhava como bibliotecária na iniciativa privada e já tinha uma carreira fora de treze anos de trabalho, então pra mim não foi muito difícil" (TAE 4).

Por outro lado, a falta de apoio adequado para novos servidores foi um ponto comum nas entrevistas. Como um dos TAEs relatou:

> Eu acho que é importante na implantação de uma unidade nova hoje, além de acolher bem os servidores que estão chegando, explicar para os servidores o papel de cada um deles, porque a gente chega sabendo para que a gente é contratado, mas tem muita coisa que a gente não sabe fazer e isso não é explicado, isso é jogado para ti fazer e é complicado (TAE 4).

Esse sentimento de incerteza foi ampliado pela falta de recursos e infraestrutura, o que gerou frustração, como relatado por outro técnico administrativo: "Quando tu chega lá tu vê assim, puxa, cadê os equipamentos, onde estão os equipamentos? Não tem" (TAE 6).

Contudo, alguns servidores estavam cientes de suas atribuições e funções, devido a experiências anteriores ou treinamentos fornecidos pela instituição. Um TAE que passou por um treinamento fez a seguinte observação: "A gente tava ciente, porque a gente fez, teve o auxílio lá do campus Alegrete, que a gente ficou lá um período, teve as noções básicas do serviço pra onde a gente ia trabalhar" (TAE 5).

Porém, ao contrário do que se poderia imaginar, até mesmo os docentes, que lecionam nas áreas de sua formação, relataram a surpresa ao descobrir que suas funções iam além do ensino. Como um docente mencionou: "Eu estava ciente que eu daria aula, mas eu não estava ciente, por exemplo, que eu teria tantas outras funções" (Docente1).

O mesmo ocorreu com outro docente, que não esperava se envolver na construção dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC): "Eu jamais esperava que eu ia ajudar a construir os PPC dos cursos quando a gente chegou a construir os Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Informática" (Docente 2).

Por fim, a falta de uma formação inicial adequada que instruísse sobre o funcionamento do serviço público e as atribuições dos cargos foi mencionada por diversos entrevistados, destacando que, mesmo com o conhecimento das funções, havia uma lacuna na compreensão dos processos administrativos e legais: "Quando a gente chegou aqui, a gente não recebe um manual, claro que você estuda a legislação pra ser servidor público, mas tu não recebe um manual de como o serviço público funciona efetivamente" (Docente 3). Isso evidenciou a necessidade de um apoio mais estruturado e a falta de um processo claro de integração para novos servidores no serviço público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo apresentar as memórias dos servidores do IFFar-Campus São Borja, construídas durante o período de implantação da referida unidade. Desta forma, o estudo possibilitou discutir, tirar do silêncio, as experiências de alguns

servidores pioneiros, permitindo-lhes destacar pontos que consideravam importantes, além de relembrar vivências e percepções de um momento marcado por desafios e conquistas. A partir dos registros de memória oral, foi possível verificar as múltiplas perspectivas que enriqueceram o processo de consolidação do campus, evidenciando a importância das ações coletivas na superação de adversidades.

Foi possível observar que os primeiros servidores enfrentaram dificuldades para compreender a missão institucional e suas próprias atribuições. A falta de clareza inicial exigiu adaptações, pois muitos ingressaram sem pleno conhecimento do funcionamento da instituição.

Adicionalmente, a transição do setor privado para o serviço público representou um desafio para alguns, devido às diferenças nas normas e práticas administrativas. Apesar dessas dificuldades, com o tempo, os servidores passaram a reconhecer o impacto social dos IF, percebendo que sua atuação vai além da formação técnica, ao proporcionar oportunidades de diversas formações e promover transformação social.

O desconhecimento inicial sobre os IF reflete a novidade que essa nova proposta educacional representou no cenário educacional brasileiro, mas a experiência e a capacitação dos servidores contribuíram para o aprendizado.

A efetivação do projeto de pesquisa, da construção da dissertação, da escrita de artigos e publicação no meio acadêmico conseguiu registrar e compartilhar parte das memórias vivenciadas no período de implementação do IFFar-Campus São Borja, trazendo visibilidade a aspectos silenciados pelos registros meramente documentais. Tais práticas são importantes, pois trazem à tona um gama de emoções e percepções que nunca seriam conhecidas porque não as vivenciou.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de; MARIANI, V. de C. P. Memórias na educação profissional e tecnológica: o estado do conhecimento sobre pesquisas direcionadas a implementação dos institutos federais. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 17, n. 4, e6008, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.4-094. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/6008. Acesso em: 14 jun. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2020.

BRASIL. [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990]. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas**

federais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2015]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8112-11-dezembro-1990-322161-normapl.html. Acesso em: 02 jun. 2026.

BRASIL. [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999]. **Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1999. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9784-29-janeiro-1999-322239-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

BRASIL. [Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005]. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11091-12-janeiro-2005-535358-normaatualizada-pl.html. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. [Lei nº 11.892, de 25 de setembro de 2008]. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11892-29-dezembro-2008-585085-normapl.html. Acesso em: 02 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes. Acesso em: 02 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício Circular nº 15/2005/CGGP/SSA/SE/MEC**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Grupo de Trabalho. **Produção técnica**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

CONSENTINO, João Marcos Boton; MARIANI, Vanessa de Cássia Pistóia. Educação profissional e tecnológica: reflexões a partir do registro de memórias de docentes vinculadas ao processo formativo. **EDUCERE - Revista da Educação da UNIPAR**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 68–84, 2026. DOI: 10.25110/educere.v26i1.2026-12653.

Disponível em: https://www.revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/12653. Acesso em: 14 jun. 2026.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Shaffter. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 155, p. 191-203, 2º sem. 2006.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana: Editora Moderna, 2011. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/institutos-federais-uma-revolucao-na-educacao-profissional-e-tecnologica/. Acesso em: 15 dez. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica, v. 5).

SEAL, Graziela Renata da Silva; MARIANI, Vanessa de Cássia Pistóia; AHMAD, Laila Azize Souto. Memórias discentes e docentes na educação profissional e tecnológica: uma revisão em formato de estado do conhecimento. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 591–599, 2025. DOI: 10.17921/2447-8733.2025v26n4p591-599. Disponível em: https://revistaensinoeeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/14291. Acesso em: 14 jun. 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Vanessa de Cássia Pistóia Mariani: Curadoria, análise formal, investigação, redação escrito do manuscrito original.

Marcelo Godoy de Almeida: Conceituação, Metodologia, Supervisão, redação, revisão, editoração.